



**ALÉM DO NIVELAMENTO: PERCURSO DO PROGRAMA EXTENSIONISTA  
CURSOS COMPLEMENTARES NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE  
SANTANA**

***IN ADDITION TO LEVELING: EXTENSIONIST PROGRAM COURSE  
COMPLEMENTARY COURSES IN THE STATE UNIVERSITY OF FEIRA DE  
SANTANA***

Fernanda Almeida Ribeiro Zatti<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho descreve a experiência extensionista do Programa Cursos Complementares na Universidade Estadual de Feira de Santana, desde a avaliação da demanda que lhe deu origem em 2014 até seu pleno funcionamento como programa de extensão devidamente regulamentado em 2017. Os Cursos Complementares se propõem a abordar conteúdos básicos em diversas áreas de conhecimento, proporcionando aos estudantes graduandos um melhor aproveitamento nos seus respectivos cursos de graduação, visto que alguns apresentam lacunas oriundas da educação básica. Buscam contribuir para a permanência imaterial e simbólica dos estudantes, relacionada às condições que excedem a dimensão material, e para a redução do índice de evasão. São oferecidas turmas nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Informática para toda a comunidade estudantil, com prioridade para os estudantes que tiveram acesso à universidade através do sistema de reservas de vagas e os residentes universitários. Para contextualização do trabalho, este artigo apresenta o Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico da UEFS, setor idealizador e responsável pela coordenação do Programa, pertencente à Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis, e fundamenta a discussão citando estudos sobre o perfil do estudante universitário, o processo de adaptação a essa nova realidade, a subjetividade relacionada ao processo formativo entre outros temas relacionados.

**Palavras-chave:** Cursos Complementares. Educação Superior. Permanência Simbólica.

**Abstract:** *This paper describes the extension experience of the Complementary Courses Program at the State University of Feira de Santana, from the evaluation of the demand that originated it in 2014 to its full functioning as a properly regulated extension program in 2017. The Complementary Courses propose to address contents basic knowledge in various areas of knowledge, providing undergraduate students a better use in their respective undergraduate courses, as some have gaps arising from basic education. They seek to contribute to the immaterial and symbolic permanence of students, related to conditions that*

<sup>1</sup>Mestranda em Educação, pela Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGE/UEFS). Psicóloga do Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico da UEFS. Membro do grupo de pesquisa TRACE/UEFS. E-mail: fernanda@uefs.br

*exceed the material dimension, and to the reduction of dropout rates. Classes in the areas of Portuguese Language, Mathematics and Informatics are offered to the entire student community, with priority for students who have had access to the university through the vacancy reservation system and university residents. For the context of the work, this article presents the UEFS Psychosocial and Pedagogical Support Center, the founding sector responsible for the program coordination, belonging to the Dean of Affirmative Policies and Student Affairs, and bases the discussion citing studies on the student profile the adaptation process to this new reality, the subjectivity related to the formative process, among other related themes.*

**Keywords:** *Complementary Courses. College Education. Symbolic Permanence.*

## **Introdução**

O presente artigo busca apresentar o percurso de implantação do Programa Cursos Complementares na Universidade Estadual de Feira de Santana, desde a sua concepção em 2014 até seu pleno funcionamento como programa de extensão devidamente regulamentado em 2017. Sua trajetória é entrelaçada a minha atuação como psicóloga nessa instituição, fruto do trabalho conjunto de uma equipe multidisciplinar e alinhada ao programa institucional de permanência estudantil.

Fundada em 1976, a Universidade Estadual de Feira de Santana está situada na cidade de Feira de Santana e até a chegada da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) em 2010, era a única instituição pública de ensino superior da região. Oferece atualmente 28 cursos de graduação e 32 programas de pós-graduação, *lato e stricto sensu*, possuindo grande expressão na área de pesquisa, ensino e extensão.

Em todo o percurso das instituições universitárias, o acesso dos negros, quilombolas e indígenas foi inexpressivo, sendo necessárias muitas ações coletivas através dos movimentos e lutas sociais, para que o cenário fosse modificado. A articulação dessas minorias como sujeitos de direitos vislumbravam uma construção social mais participativa e democrática, exercendo a resistência e a participação necessária nos processos políticos.

A partir dos anos 2000, houve uma grande ampliação das vagas nas instituições de ensino superior de um modo geral, favorecendo a inserção de jovens que antes não vislumbravam o acesso ao ensino superior como uma realidade possível. As políticas de ações afirmativas vieram proporcionar as reparações históricas a esses grupos e são

responsáveis pela diversidade cultural que atualmente pode ser vista nas universidades, contexto completamente diferente do vigente até então.

Desde o início de 2007, a UEFS implantou sua política de ações afirmativas, sendo estruturada da seguinte forma: 50% das vagas da instituição são reservadas para estudantes oriundos de escola pública e destes, 80% para os estudantes negros e 20% para estudantes não-negros. Além disso, duas vagas em cada curso são reservadas para indígenas e quilombolas, que devem ter suas comunidades reconhecidas pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI ou Fundação dos Palmares, respectivamente.

A partir daí, deu-se início a um processo de amadurecimento de uma iniciativa que alteraria significativamente a estrutura da Instituição, com a modificação do perfil dos estudantes e de suas demandas. Essa conjuntura passa a exigir mudanças também por parte dos professores, funcionários, demais estudantes e disposição institucional para que os serviços oferecidos possam estar preparados para acolhê-los da melhor forma.

A entrada no ensino superior para muitos jovens os possibilita trilhar um caminho diferente do já traçado socialmente. Para muitas famílias, os jovens que acessam a universidade hoje são os primeiros de muitas gerações. Piotto (2012, p. 200) escreve que “para além do orgulho e da alegria dos pais, a presença dos filhos em uma universidade pública parece representar, para as famílias, possibilidades de aprendizado e desenvolvimento”. E fica evidente que esses jovens não estão sozinhos nesse contexto, trazem consigo as expectativas da família e, às vezes, de toda uma comunidade.

Iniciei minhas atividades na UEFS, nesse contexto de mudança, em junho de 2014, em um setor recém concebido que viria a ser o Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico - NAPP, na Unidade de Organização e Desenvolvimento Comunitário - UNDEC. Essa unidade em outubro do mesmo ano foi substituída pela Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis - PROPAAE, representando um avanço da Instituição para o fortalecimento das políticas afirmativas e assistência estudantil. Até então, não conhecia o contexto, minha atuação profissional como psicóloga havia sido concentrada em uma área muito distinta da qual eu estava sendo direcionada.

O NAPP representava a integração de dois setores antigos da universidade: o Serviço Social e o Serviço de Apoio Psicopedagógico e por uma questão de espaço físico e *layout* das salas ainda ficavam separados, contudo iniciou-se a tarefa de consolidação dessa nova

proposta de trabalho. Debrucei-me em meses de pesquisa, visitas a núcleos similares em outras instituições de ensino superior, escutas atentas às demandas sinalizadas pelos superiores e muitas inquietações para o direcionamento do trabalho.

O NAPP estaria voltado principalmente para os atendimentos individuais dos estudantes para escuta, acolhimento e encaminhamentos -, e idealizados projetos, programas e eventos que favorecessem a permanência na universidade, considerando o processo ensino-aprendizagem, o acolhimento ao ensino superior, a saúde mental, o respeito às diferenças, a arte, cultura, etc. Os atendimentos aconteceriam a partir de demandas espontâneas ou encaminhamentos de outros setores da universidade.

Ainda tateando nesse novo ambiente, realizamos no mês de agosto do mesmo ano uma pequena iniciativa voltada para as Residências Universitárias. Tínhamos o objetivo de nos aproximar dos estudantes e analisar a percepção deles sobre alguns fatores institucionais e sobre a vida estudantil. Dessa forma, realizaríamos um levantamento das possíveis demandas de intervenção do setor.

A UEFS possui duas residências universitárias dentro do *Campus*: uma conhecida como tradicional, com capacidade para 156 estudantes e que possui seleção socioeconômica para recebimento dos residentes e uma residência indígena com 22 vagas para os estudantes oriundos das comunidades indígenas. Pelo fato da segunda possuir um número menor de moradores, optamos por iniciar o trabalho na referida residência, como ponto de partida.

Utilizamos como instrumento de coleta um questionário semiestruturado que, inicialmente, foi aplicado na Residência Indígena a um total de 91% dos residentes. Entre os dados coletados, um número expressivo dos estudantes (75%) sinalizou que sente ou já sentiu dificuldades na aprendizagem e o argumento mais recorrente para esse índice foi a falta de um ensino fundamental e médio de qualidade, gerando grande dificuldade no acompanhamento das disciplinas da graduação.

Esses dados foram ratificados com a análise dos históricos escolares dos estudantes indígenas da UEFS, bem como pelos registros de atendimentos realizados pelo NAPP. Nestes atendimentos, os jovens se referiam à insegurança, sentimento de incapacidade e muito sofrimento em seus discursos.

Além disso, recebíamos relatos de professores que nos sinalizavam a dificuldade de determinados estudantes darem continuidade às disciplinas, após inúmeras reprovações, em

decorrência da falta de conhecimentos em conteúdos importantes que funcionam como pré-requisito para a continuidade da graduação.

Percebemos a partir de então a necessidade de intervenções diante do recorrente índice de reprovações de alguns estudantes nas disciplinas cursadas, principalmente nos cursos das ciências exatas. Diante desse contexto e em consonância com as necessidades inerentes à política de ações afirmativas para permanência dos alunos na UEFS, concebemos os Cursos Complementares (CCOMPL).

Estes se propõem a abordar conteúdos básicos em diversas áreas de conhecimento, com a finalidade de proporcionar aos estudantes graduandos um melhor aproveitamento nos seus respectivos cursos de graduação, visto que alguns apresentam fragilidades oriundas da educação básica. Iniciamos com turmas nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática e, após três edições, surgiu também o CCOMPL de Informática.

De um modo geral, grande parte das universidades possui cursos similares em sua estrutura. No momento da implantação dos CCOMPL foi avaliada a nomenclatura praticada em outras instituições e optou-se por dissociar a iniciativa da ideia de “nivelamento”, como são chamados os cursos na maioria das instituições pesquisadas.

O termo nivelar pressupõe um nível desejado e diante da complexidade dos estudantes, realidades, experiências, torna-se empobrecedor pensar que o nivelamento seja algo desejável e possível de se alcançar. Cursos Complementares proporcionam a ideia de complementaridade à formação e também a possibilidade de se pensar não apenas na apreensão, mas também na revisão dos conteúdos que devem anteceder a vida universitária.

Apresentamos a proposta do programa em outras pró-reitorias, estabelecemos parcerias com professores de alguns Departamentos e demos início às primeiras turmas em janeiro de 2016. Essa oferta passou a ser uma iniciativa permanente do NAPP, sendo revisada a cada semestre a partir da demanda dos estudantes.

Em sua primeira edição, tivemos um número surpreendente de solicitações de inscrição. Foram ofertadas quatro turmas, duas de Língua Portuguesa e duas de Matemática, totalizando 80 vagas, e recebemos 281 pedidos de inscrição. Foi uma sinalização real da demanda da comunidade acadêmica por um suporte dessa natureza, tendo sido necessária a utilização dos critérios de prioridade e estabelecimento de uma lista de espera para possíveis desistências.

As turmas são ministradas por docentes, técnicos administrativos especializados e/ou estudantes bolsistas de cada área do conhecimento sob supervisão. Os supervisores ficam responsáveis pela definição do conteúdo programático, estruturação teórica do curso, planejamento, assim como seleção e supervisão dos estudantes bolsistas. O NAPP realiza a coordenação geral do programa, desde o processo de planejamento, divulgação, inscrições, acompanhamento das turmas e proporcionando o apoio logístico-administrativo, bem como o suporte psicossocial e pedagógico necessário aos envolvidos.

As aulas começam normalmente após o início do semestre letivo e terminam antes das provas finais no calendário universitário. Cada turma possui capacidade para 20 estudantes e o número de turmas pode variar a depender da disponibilidade de horário dos professores. Além disso, buscamos colocar as turmas em horários estratégicos que oportunizem a participação de um maior número de estudantes, havendo quando possível turmas nos três turnos, inclusive aos sábados pela manhã, favorecendo uma maior participação dos interessados.

Os CCOMPL são direcionados para os estudantes graduandos da UEFS, salientando que aqueles que tiveram acesso à universidade através do sistema de reservas de vagas e os estudantes residentes têm prioridade nas inscrições.

Durante o Programa, são realizados testes de sondagens com os estudantes para avaliar a apreensão dos conteúdos trabalhados em aula e ao final do semestre e conclusão das turmas, são realizadas reuniões avaliativas com todos os envolvidos (bolsistas, supervisores/professores e membros do NAPP/PROPAAE) com a finalidade de levantar sugestões, propor melhorias e alterações que possam ser necessárias para o aprimoramento do trabalho.

Após o acompanhamento de quatro edições do programa, no final de 2017, o mesmo foi aprovado pela câmara de extensão da UEFS e regulamentado pela Pró-Reitoria de Extensão como Programa de Extensão (Resolução CONSEPE/UEFS 141/2017), proporcionando a regularização e fortalecimento da atividade. Com isso, os docentes passaram a incluí-lo em seu Plano Individual de Trabalho (PIT) - um instrumento de planejamento, registro e acompanhamento do trabalho docente e que possui a distribuição da carga horária de suas atividades - e os técnicos administrativos em promoções funcionais e atividades de formação.

A partir de então, tendo conhecimento de alguns depoimentos informais positivos dos participantes e comungando com a minha formação na área de Psicologia, surgiu o interesse de investigar as repercussões subjetivas dos Cursos Complementares nos estudantes, objeto de estudo do mestrado que me encontro em curso.

O foco dos CCOMPL é o aprendizado dos estudantes e a possibilidade de contribuir para a permanência destes na universidade e a conclusão da graduação. Encontra-se inteiramente dissociado das premissas de avaliações formais, conceitos e notas, inclusive pelo fato de não estarem integrados ao currículo dos cursos de graduação. A vinculação dar-se-á pelo comprometimento do estudante e real interesse em aprender.

Além disso, o percurso dos conteúdos trabalhados pode ser alterado a qualquer tempo, levando em consideração a necessidade dos participantes. Estes seriam os direcionadores do curso, no qual os professores teriam o papel de mediação para uma aprendizagem significativa. Essa natureza do programa é incorporada pela equipe, por todos os envolvidos e fortalecida em sua prática.

Espera-se que os estudantes dos primeiros semestres da graduação possam acessar os Cursos Complementares para que estes funcionem como uma ação preventiva, proporcionando aos participantes mais preparo para vivenciarem as disciplinas dos seus respectivos cursos e, dessa forma, seria possível diminuir os índices de reprovação.

### **Contextualizando o Estudante Universitário**

A comunidade estudantil universitária, em sua maioria, é formada por jovens, e por ter intensa relação com a cultura, a noção de juventude pode variar significativamente entre os grupos e as sociedades. No senso comum frequentemente é associada a uma sucessão de eventos, a exemplo do início da vida sexual, a formatura, a inserção no mercado de trabalho, a saída da casa dos pais, o casamento, etc. Contudo, cada vez mais esses acontecimentos não são lineares, contribuindo para a dificuldade no delineamento da juventude.

Um fator de concordância entre alguns pesquisadores, no entanto, é a presença da ideia de transições na vivência juvenil (DAYRELL, 2003; SPOSITO 1997), sendo importante pensar nas rupturas que essas podem causar subjetivamente aos jovens para que ascendam ao novo. Dentre as muitas transições presentes na juventude, a transição para o ensino superior é

por vezes vivenciada e acarreta inúmeras responsabilidades que marcam esse momento da vida.

Cada vez mais cedo os estudantes concluintes do ensino médio são convocados a decidirem sobre a preparação para o ensino superior, sua inserção na universidade e o curso de graduação a seguir. Estas escolhas representam a definição da área profissional que esses jovens se dedicarão por toda a vida e demandam uma maturidade que muitas vezes os mesmos ainda não possuem.

Muitas inseguranças e incertezas permeiam esse momento, seguido pelo acesso ao ensino superior e a necessidade de adaptação a essa nova realidade. Embora existam similaridades nas dúvidas, inseguranças e incertezas; as trajetórias, experiências de vida e oportunidades de escolarização básica dos estudantes são muito distintas. Henriques e Novaes (2007) salientam que:

Com suas trajetórias circunscritas a processos sociais extremamente ricos e complexos, que se alteram conforme os espaços, tempos e contextos em que estão inseridos, diferentes segmentos juvenis explicitam demandas e constroem inéditas identidades e outros caminhos para sua emancipação.

Os jovens passam por um período de transição de um contexto escolar para uma realidade universitária inteiramente peculiar. Na escola, os estudantes são acostumados a terem acesso aos materiais de ensino com mais facilidade, assistem às aulas geralmente na mesma sala e pertencem a turmas bem definidas. Na universidade, sobretudo em uma instituição pública, o contexto é bem diferente.

Durante esse processo de adaptação ao ensino superior, muitas mudanças se fazem presentes, causando diversas rupturas no cotidiano dos jovens, que precisam acomodá-las rapidamente para darem conta da adaptação ao novo papel universitário. Há a exigência de maior autonomia, os estudantes devem assumir o protagonismo na busca pelo aprendizado, desde a participação em atividades extracurriculares, como o acesso aos materiais e referências bibliográficas sobre os conteúdos trabalhados. E, nessa transição, vale salientar também a alteração significativa da atuação do professor:

Para muitos estudantes, a passagem para o ensino superior (...) é marcada por várias rupturas simultâneas: (...), sobretudo uma ruptura psicopedagógica; a relação pedagógica com os professores do ensino superior é, em geral, extremamente reduzida, mesmo quando se trata de trabalhos orientados em pequenos grupos. Se o tempo do ensino médio é aquele do tutelamento, o tempo do ensino superior é o do

324



anonimato, também em relação aos outros estudantes. Isto provoca comportamentos muito diferentes por parte dos novos estudantes, cujas referências habituais foram todas subvertidas ao mesmo tempo. Uma nova identidade está por ser construída, uma nova relação como saber precisa ser elaborada. (COULON, 2008, p. 34)

Diante desse novo ambiente, Coulon (2008) concebe o conceito de afiliação estudantil para abordar o processo de adaptação do estudante à universidade. Afiliação seria o processo de apreensão desse ofício no ensino superior, gerando o sentimento de pertencimento (institucional e intelectual) à comunidade universitária. Há que se aprender o ofício de estudante e todo o conjunto de códigos e regras que balizam a vida na universidade. “É preciso mostrar que se tornou um “igual”, que atribui o mesmo sentido às mesmas palavras, aos mesmos comportamentos. Neste sentido, a cultura estudantil é diferente da cultura dos jovens do ensino médio. Entre estes os códigos são outros” (COULON, 2008, p. 42).

De acordo com Carneiro e Sampaio (2011, p. 68), “para tornar-se estudante universitário é preciso superar as adversidades e filiar-se a um novo espaço, apreendendo seus modos e seus usos.” Para tanto, os estudantes são convocados a desvendar essa nova realidade e muitas cobranças por adaptação são instauradas.

Levando em consideração a complexidade de todas essas mudanças e adaptações que se fazem presentes na transição para o ensino superior e as demandas surgidas na UEFS em específico, a carência na formação secundarista de alguns estudantes é um fator que exige atenção e aprofundamento. Esta condição está ligada principalmente aos estudantes oriundos de escolas públicas, uma vez que a educação básica nacional ainda é precária e ineficiente. Laranjeira, Iriart e Rodrigues alertam para um desafio importante:

Cabe aos próprios sujeitos de direito na cidade e no campo, aos gestores, aos educadores e aos governantes das distintas esferas – federal, estadual e municipal – o enfrentamento crítico e construtivo que resultem em implementações de práticas pedagógicas e políticas que ultrapassem o plano das promessas, visando a garantia dos direitos sociais, incluído aí os educacionais, já garantidos constitucionalmente. (LARANJEIRA, IRIART e RODRIGUES, 2016, p. 30)

Após uma pesquisa de campo realizada com estudantes na UFSC, Zago (2006, p. 233) afirma que “as lacunas deixadas na formação precedente marcam implacavelmente a vida acadêmica e os depoimentos nesse sentido são muito significativos.” Essa carência traz muitas consequências e o fracasso acadêmico por vezes vem associado a sentimentos de inferioridade, frustração e comprometimentos emocionais importantes. Esses sentimentos aparecem com

freqüência nos registros de atendimentos dos estudantes no NAPP.

Enquanto não se tem uma alteração significativa do cenário educacional do país, a deficiência na formação básica continuará sendo uma questão presente. A proposta dos Cursos Complementares na UEFS surge para tentar suprir algumas dessas lacunas importantes de conteúdo e proporcionar aos estudantes melhores condições de permanência na universidade, com vistas à conclusão dos cursos de graduação.

### **A subjetividade nos Processos Formativos**

Nesse contexto de inserção e adaptação ao contexto universitário, diversos fatores podem favorecer a permanência dos jovens estudantes na Instituição, funcionando como suportes em sua trajetória. Eles podem ser de ordem material, institucional, afetiva, relacional, acadêmica ou simbólica. Vão desde auxílios financeiros a uma turma especial, um grupo de amigos, algum professor específico, iniciativas de acolhimento, contudo os estudantes que possuem caminhadas acadêmicas exitosas provavelmente recorreram a algum fator externo como suporte em seu percurso.

O conceito de suporte é trazido pelo sociólogo peruano Danilo Martuccelli (2007), que parte dos estudos sobre a sociologia do indivíduo para descrevê-lo como uma composição intimamente relacionada à concepção de sujeito, inclusive etimologicamente, uma vez que “o sujeito é aquele que suporta o mundo” (2007, p. 34, tradução nossa). Dessa forma, acredita que além dos esforços internos para sustentação no mundo, os sujeitos necessitam de apoios distintos para prosseguirem em sua existência. Para o autor, acreditar na imagem heroica do indivíduo que se autossustenta não é suficiente, os indivíduos sempre demandam suportes externos.

Na experiência universitária, o estudante necessita de recursos que possibilitem essa continuidade. O conceito de permanência utilizado no campo universitário envolve, além de uma dimensão material (alimentação, moradia, cópia de materiais de estudo, transporte, dentre outras despesas durante o curso), uma dimensão simbólica que requer muita atenção.

A permanência simbólica, por ora referida como permanência imaterial, como o nome indica, está relacionada às condições simbólicas que proporcionam a continuidade do estudante no ensino superior e o prosseguimento do seu curso de graduação. Para a permanência

estudantil, de acordo com Santos (2009, p. 71), além dos requisitos materiais, “é necessário também o apoio pedagógico, valorização da autoestima, os referenciais docentes (...), a possibilidade que os indivíduos têm de identificar-se com o grupo, ser reconhecido e de pertencer a ele”. Os Cursos Complementares estariam inseridos como um suporte institucional que pode favorecer a permanência imaterial dos estudantes.

A partir dessa concepção, o processo formativo é compreendido além do desenvolvimento intelectual, com ausência de linearidade em seu percurso e permeado por influências pessoais, sociais, históricas e culturais. Há uma reciprocidade nesse sentido, uma vez que o desenvolvimento acadêmico sofre as interferências citadas, também acarreta modificações inclusive subjetivas na realidade do estudante. Gonzalez Rey (2011, p. 11) reflete sobre a questão, sinalizando que:

O objetivo da educação não é simplesmente o de efetivar um saber na pessoa, mas seu desenvolvimento como sujeito capaz de atuar no processo em que aprende e de ser parte ativa dos processos de subjetivação associados com sua vida cotidiana. O sujeito se expressa na sua reflexividade crítica ao longo de seu desenvolvimento.

“A experiência com o saber, portanto, implica alterações no lugar subjetivo” (SOUZA, 2010, p. 9) e nesse sentido, a relação entre educação e subjetividade possui diversos aspectos: todo conhecimento é assimilado a partir dos referenciais internos do sujeito, sofrem interferências do meio e da cultura e sua apreensão é capaz de produzir desdobramentos no campo da subjetividade. Gonzalez Rey (2006, p. 33) ressalta o sujeito aprende:

(...) como sistema, e não só como intelecto. O sentido subjetivo, na forma como temos desenvolvido essa categoria, representa um sistema simbólico- emocional em constante desenvolvimento, no qual cada um desses aspectos se evoca de forma recíproca, sem que um seja a causa do outro, provocando constantes e imprevisíveis desdobramentos que levam a novas configurações de sentido subjetivo.

Como constitutiva do sujeito, a subjetividade encontra-se sempre presente no processo educacional. “A sala de aulas não é simplesmente um cenário relacionado com os processos de ensinar e aprender. Nela se geram novos sentidos e significados que são inseparáveis das histórias das pessoas envolvidas, assim como da subjetividade social da escola” (GONZALEZ REY, 2001, p. 09). Ultrapassar as lacunas de conhecimento e as dificuldades existentes, no nosso caso alcançando o êxito nas disciplinas, pode proporcionar mudanças na posição subjetiva dos estudantes.

Devido à complexidade e nuances que envolvem a cultura universitária e a diversidade de experiências, histórias de vida e pluralidade dos estudantes, faz-se necessário que a instituição esteja atenta à sua comunidade estudantil, seus percursos e demandas. Sobre a importância dessa atenção aos estudantes, Almeida Filho (2011) escreve a partir de sua experiência na Universidade Federal da Bahia:

No momento em que a universidade brasileira ensaia os passos de uma profunda mudança, mais que nunca é necessário acompanhar as populações de jovens que nela ingressam, especialmente aqueles de origem popular, para compreender o que impacta suas vidas num período que compreende sua transição para a etapa adulta da vida. (ALMEIDA, 2011, prefácio)

Nesse contexto, torna-se relevante salientar a perspectiva individual de cada estudante, que vivenciará o processo formativo de maneira singular. Sem dúvida muitos fatores os aproximam, contudo cada trajetória de vida, experiência, origem, referenciais culturais e sociais formam sujeitos inteiramente particulares e a riqueza de um ambiente tão heterogêneo é concebida, sobretudo, por essa pluralidade.

### **Considerações Finais**

Há algum tempo me questiono sobre os efeitos que a educação pode refletir no sujeito, acreditando que nunca passamos ilesos pelo aprendizado, entendo que os Cursos Complementares podem produzir repercussões na autoestima, confiança e posição subjetiva dos estudantes. Recebemos com frequência para atendimento no NAPP jovens inseguros, fragilizados, em intenso sofrimento, relatando dificuldades com a graduação e limitações na apreensão de conteúdos teóricos para darem continuidade às disciplinas.

Todos os *feedbacks* positivos que recebemos do programa nos fazem seguir acreditando no trabalho, insistindo diante das dificuldades e depositando expectativas na atuação sensível, atenta e cuidadosa. Penso que afetamos os participantes dos CCOMPL de uma forma positiva, contribuindo para a diminuição dos índices de evasão e para a conclusão dos cursos de graduação.

A essência do programa, portanto, condensa preocupações em três óticas importantes para o cenário universitário: uma atenção para a vida acadêmica do estudante e seu desempenho no curso de graduação, uma preocupação com a esfera subjetiva dos participantes, concebendo-os como sujeitos em sua integralidade, e uma atuação política, uma vez que contribui para o

fortalecimento das políticas de permanência na UEFS.

Devido ao fato de ser um programa novo, ainda carece de pesquisas que possam investigar os seus resultados e até o momento não possuímos dados conclusivos, embora a demanda e a ampliação do programa já sejam indicativos importantes. Será que uma iniciativa desse sentido pode proporcionar benefícios que excedam ao desempenho acadêmico dos estudantes, apresentando reflexos em seu comportamento? Essa problemática me acompanha, servindo de inspiração para as minhas investigações e podem indicar caminhos para o desenvolvimento de novas pesquisas e estudos sobre o tema.

A universidade representa um espaço de transições, escolhas e oportunidades muito diversificadas e diante disso, compreender os caminhos que os estudantes percorrem para acessarem o ensino superior, o perfil dos que nele se encontram, dos que buscam os Cursos Complementares e as peculiaridades desse contexto torna-se importante e contribui para uma compreensão mais ampliada sobre esse universo.

## Referências

ALMEIDA FILHO, N. A vida universitária como objeto de pesquisa e o campus universitário como etnopaisagem. Prefácio. **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011.

CARNEIRO, A. S. C.; SAMPAIO, S. M. R. Estudantes de origem popular e afiliação institucional. **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 53-69.

COULON, A. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Trad. Georgina Gonçalves dos Santos e Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

GONZÁLEZ REY, F. L. A pesquisa e o tema da subjetividade em educação. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 13, p. 9-16, 2001.

GONZÁLEZ REY, F. L. O sujeito que aprende: desafios do desenvolvimento do tema da aprendizagem na psicologia e na prática pedagógica. *In*: TACCA, M. C. V. R. **Aprendizagem e trabalho pedagógico**. Campinas: Átomo e Alínea, 2006.

HENRIQUES, R.; NOVAES, R.; Apresentação. *In*: ABRAMOVAY, M.; RIBEIRO, E.; ANDRADE, L. C. G. E. (org.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: MEC; SECADI; UNESCO, 2007.

LARANJEIRA, D. H. P.; IRIART, M. F. S.; RODRIGUES, M. S. Problematizando as transições juvenis na saída do ensino médio. **Educação e Realidade**, v. 41, p. 117-133, 2016.

MARTUCCELLI, D. Lecciones de sociología del individuo. **Cuaderno de trabajo a Pontificia Universidad Católica del Peru**, n. 2, ago. 2007.

PIOTTO, D. C. Dimensões psicológicas da experiência de estudantes das camadas populares em uma universidade pública. *In*: SANTOS, G. G.; SAMPAIO, S. M. R. (org.). **Observatório da vida estudantil**: estudos sobre a vida e cultura universitárias. Salvador: Edufba, 2012. p. 186-204.

SANTOS, D. B. R. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. Salvador. 2009. 214 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SOUZA, M. de. Fios e furos: a trama da subjetividade e a educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 26, p. 119-132, 2004.

SPOSITO, M. P. Estudos sobre juventude em educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, p. 37-52, maio/ago. 1997.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006.

Recebido em: 6 de julho de 2018.

Aceito em: 20 de setembro de 2019.